



Prefeitura Municipal de Extrema

Av. Antônio Saes Peres, s/n - Tel: (35) 3435-3620 - CEP.: 37.640-000

Secretaria de Meio Ambiente

Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

LICENÇA AMBIENTAL 001/2023

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, incisos I e II, da Lei Municipal nº 1.606, de 04 de junho de 2001 e da Lei Municipal 1.829, de 17 de setembro de 2003, art. 8º, incisos I, II e III, combinado com o Decreto Municipal nº. 1.782, de 01 de agosto de 2006, art. 6º, incisos II e VIII, bem como o Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa nº 001/2018, celebrado entre SEMAD e Prefeitura de Extrema, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) em 02 de março de 2018, concede ao empreendimento **GRANASA MINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ nº **25.291.311/0001-88**, localizado na Avenida Nicolau Cesarino, nº 5394, Bairro Tenentes, no município de Extrema-MG, a **Revalidação de Licença de Operação – REVLO COPAM**, para as atividades de **Produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial**, enquadrada no código **B-03-03-4** da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, e **Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem**, enquadrada no código **B-03-07-7** da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, conforme processo administrativo nº **012/2022/001/2022**, cuja análise ocorreu por delegação de competência, por meio do Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa nº 001/2018.

Código B-03-03-4: Capacidade Instalada: 40 t/dia

Código B-03-07-7: Capacidade Instalada: 25 t/dia

Coordenadas Geográficas do ponto central: Lat. 22°50'9.33"S, Long. 46°18'51.63"W

Classe resultante: 2

Critério locacional resultante: 0

Validade: 10 anos. Vencimento em 10/03/2033.

☐ Sem condicionantes

☒ Com condicionantes

- Válida somente acompanhada das condicionantes dispostas do Anexo Único.

- O não atendimento das condicionantes do Anexo Único implica na invalidação desta licença.

Ressalta-se que a licença ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis.

Extrema/MG, 10 de Março de 2023.

Kelvin Lucas Toledo Silva
Presidente do CODEMA

Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 211798/2020, emitida pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas, mediante processo nº 36899/2020, que autoriza a captação de 1,000 l/s de águas públicas do Rio Camanducaia, durante 24:00 horas/dia, no ponto de coordenadas de Latitude 22°50'7,0"S e de Longitude 46°18'40,0"W, com validade até 28/08/2023.

Portaria de Outorga nº 1807750/2022, emitida pela Unidade Regional de Gestão das Águas – URGAsul de Minas, mediante processo nº 47544/2022, que autoriza captação de 5,0 m³/h de água subterrânea, durante 6:00 horas/dias, por meio de poço tubular no ponto com coordenadas geográficas latitude 22°50'06,72"S e longitude 46°18'53,00"W, com validade até 15/10/2032.

ANEXO ÚNICO

Item	Descrição da condicionante	Prazo
01	Manter em pronta recuperação o certificado de outorga de direito de uso de recursos hídricos do poço tubular, bem como a Certidão de Registro de Uso Insignificante para captação no Rio Camanducaia, emitidos junto aos órgãos competentes, e requerer a efetiva renovação previamente ao vencimento dos mesmos, apresentando cópias da nova portaria de outorga e da nova certidão de regularização de captação superficial, quando da sua obtenção. ¹	Captação no Rio Camanducaia: até 28.08.2023 / Outorga do poço: até 15.10.2032 / Vigência da Licença
02	Realizar monitoramento semestral de entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes líquidos, considerando os seguintes parâmetros: vazão média, DBO, DQO, OD, pH, temperatura, materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão, nitrogênio amoniacal total, substâncias tensoativas e óleos e graxas (óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais), de acordo com Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022. O plano de amostragem deverá ser realizado por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros vazão média, DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas , contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros poderá ser realizada amostragem simples. Serão considerados válidos para fins de medições ambientais os relatórios de ensaios e certificados de calibração emitidos por laboratórios acreditados nos termos da NBR-ISO/IEC 17025, segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 216/2017. Os protocolos deverão ser realizados anualmente na Secretaria de Meio Ambiente. ¹	Próximo protocolo: até 10.09.2023 / Semestral / Vigência da Licença
03	Realizar armazenamento e destinação adequada de todos os resíduos sólidos gerados do empreendimento, inclusive os resíduos de Classe I – perigosos, devendo apresentar semestralmente a Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR de todos os resíduos sólidos gerados no empreendimento ¹ e manter documentação comprobatória, com pronta recuperação ³ , quanto à destinação final dos mesmos, conforme preconiza a Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019. ^{1,3}	DMRs: 28.02 e 31.08 / Semestral / Vigência da Licença
04	Adotar política de realização de treinamento anual dos colaboradores quanto à gestão dos resíduos gerados pelo empreendimento, com conteúdo ministrado específico para a realidade da empresa. Tal treinamento deverá abordar no mínimo: a) resumo teórico sobre resíduos sólidos, classificação, impactos ao ambiente, riscos aos colaboradores e redução da sua geração; b) indicação dos locais de geração de resíduos no empreendimento; c) apresentação dos locais de armazenamento transitório dentro do empreendimento e de destino final dos resíduos gerados. Deverão ser protocolados na SMA os comprovantes e descritivo do primeiro treinamento realizado, sendo os posteriores mantidos em pronta recuperação no empreendimento. ^{1,3}	90 dias / Vigência da Licença
05	Informar previamente à Secretaria de Meio Ambiente quanto à reativação da atividade de produção de granalhas de aço, visando à retomada do monitoramento das emissões atmosféricas. Não obstante, observar os padrões de lançamento de efluentes atmosféricos e demais exigências estabelecidas na DN COPAM nº 187/2013. ³	Vigência da Licença
06	Realizar monitoramento bienal de ruídos externos conforme parâmetros estabelecidos pela Lei Estadual 10.100/1990, que dispõe sobre a poluição sonora no Estado de Minas Gerais, e ABNT NBR nº 10.151/2000, assim como as normas que sucederem as mesmas. ³	Próximo laudo: até 10.09.2024 / Bienal / Vigência da Licença

Item	Descrição da condicionante	Prazo
07	Realizar compensação anual das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do empreendimento, referente ao ano base anterior, considerando o valor de referência por hectare para restauração florestal no âmbito do Projeto Conservador das Águas, conforme Lei Municipal nº 3.829/2018, Deliberação Normativa CODEMA nº 016/2018 e Instrução Técnica SMA nº 003/2019. Para fins de definição da compensação dos anos subsequentes, deverá encaminhar, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o respectivo relatório de consumo de recursos hídricos e das fontes de emissões de gases de efeito estufa do empreendimento, conforme Termo de Referência específico da Secretaria de Meio Ambiente. A celebração de Termo de Compromisso para compensação das emissões deverá ocorrer até o dia 31 de março de cada ano para recolhimento junto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. ^{1,4}	Relatório: até 31.01 / Termo de Compromisso: até 31.03 / Anual / Vigência da Licença
08	Comunicar previamente a SMA qualquer mudança nos projetos apresentados, na rotina operacional, aquisição de novos equipamentos, ampliação ou aumento de número de funcionários, tendo em vista que alterações podem alterar a classificação do empreendimento, bem como influenciar a geração de ruídos, efluentes e resíduos. ¹	Vigência da Licença
09	Publicar a obtenção da Licença Ambiental em periódico local e apresentar original da publicação. ¹	30 dias

¹ As documentações comprobatórias do cumprimento destas condicionantes deverão ser protocoladas na Secretaria de Meio Ambiente (SMA) nos prazos estipulados. **OBS: Mencionar o número do processo (012/2022/001/2022), número da Licença Ambiental e da respectiva condicionante em todos os documentos a serem protocolados nesta SMA.**

² A vistoria será realizada no término do prazo de cumprimento da condicionante.

³ Serão realizadas vistorias periódicas ao empreendimento. A documentação comprobatória do cumprimento destas condicionantes deverá ser mantida no empreendimento.

⁴ O projeto/relatório deverá ser entregue a SMA para apreciação antes da implantação.

⁵ Recomendação da Equipe Técnica, baseada em últimos dados estatísticos em recentes publicações.

Observação quanto aos prazos de cumprimento de condicionantes:

A contagem dos prazos para cumprimento das condicionantes se inicia a partir da data de emissão da licença ambiental. Ressalta-se que, para condicionantes que possuem a data do primeiro protocolo definida, a frequência de entrega para próximo protocolo se inicia a partir da data de vencimento do primeiro protocolo.

Extrema/MG, 10 de Março de 2023.

Kelvin Lucas Toledo Silva
Presidente do CODEMA